# PROJETO DE LEI 111/2025

Autoriza o Poder Executivo a contratar Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa e mediante prévia licitação, destinada à prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, vincula recursos para constituição de mecanismos de pagamento e garantia pública, e dá outras providências

**ROBERSON LUIZ MOUREIRA**, Prefeito do município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica do município, **faz saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar **Parceria Público-Privada (PPP)**, na forma da **Lei Federal nº 11.079/2004**, na modalidade de **concessão administrativa e mediante prévia licitação**, com vistas à prestação integrada dos serviços públicos de **limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos**.
**§ 1º -** O objeto da concessão poderá compreender, entre outras atividades, nos termos definidos em edital e contrato:
I – Coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos;
II – Varrição, capina, roçada, poda de árvores e limpeza de vias e logradouros públicos;
III – Implantação, manutenção e operação de ecopontos, galpões de triagem e pátios de transbordo;
IV – Implantação, operação e manutenção de infraestrutura, frota e sistemas de apoio;
V – Prestação de serviços complementares que assegurem a continuidade, eficiência e sustentabilidade da política pública de resíduos sólidos.
**§ 2º -** Não integrarão o objeto da concessão atividades típicas de regulação, planejamento, licenciamento ou fiscalização, que permanecerão sob competência exclusiva do Poder Público.

**Art. 2º -** A modelagem da concessão observará as etapas e exigências previstas na legislação, incluindo:
I – Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira, jurídica e ambiental;
II – Submissão dos estudos à **consulta pública** e, se necessário, à **audiência pública**;
III – Avaliação prévia do projeto pelo **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS**;
IV – Licitação pública nacional, com critérios de julgamento estabelecidos no edital.

**Art. 3º -** A remuneração do parceiro privado dar-se-á por meio de **contraprestação pecuniária do Município**, vinculada ao cumprimento de metas de desempenho, podendo ser composta por:
I – Parcelas fixas e variáveis calculadas com base em indicadores objetivos;
II – Receitas acessórias, complementares ou provenientes de projetos associados, desde que autorizadas em edital;
III – Outras fontes de receita admitidas na legislação aplicável.

**Art. 4º -** Para fins de constituição do arranjo de pagamento e garantia do contrato de concessão, poderão ser vinculados:
I – Recursos próprios do Tesouro Municipal;
II – Percentual dos repasses do **Fundo de Participação dos Municípios – FPM**, até o limite de 21% do valor mensal;

III – Outras fontes orçamentárias legalmente disponíveis.
**§ 1º -** A garantia pública a ser constituída poderá ter valor entre **uma e três vezes a contraprestação mensal máxima**, conforme previsto em edital e contrato.
**§ 2º-** O Município poderá contratar **agente fiduciário** para gerir os mecanismos de segregação patrimonial, pagamento e execução da garantia.

**Art. 5º -** Deverá ser assegurada, durante toda a vigência do contrato:
I – A devida **previsão das obrigações contratuais nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA)**;
II – A compatibilidade da despesa com as metas fiscais da administração pública.

**Art. 6º -** Poderão ser previstos em edital e contrato:
I – A contratação de **verificador independente**, para aferição técnica imparcial do cumprimento dos indicadores de desempenho;
II – Mecanismos alternativos de solução de controvérsias, tais como **mediação, comitês de resolução de disputas (Dispute Boards) e arbitragem**, conforme autorizado pela Lei Federal nº 11.079/2004.

**Art. 7º -** O contrato de concessão terá prazo compatível com a amortização dos investimentos e a adequada prestação dos serviços, limitado a **35 (trinta e cinco) anos**, nos termos da legislação federal vigente.

**Art. 8º -**A concessão autorizada por esta Lei **não implica a transferência da titularidade dos serviços públicos**, cabendo ao Município sua regulação, fiscalização e controle.

**Art. 9º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

**Mensagem nº 086/2025 Ribas do Rio Pardo - MS, 29/10/2025**

Excelentíssima Senhora Presidente e Excelentíssimos Vereadores:

Temos a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência à apreciação e julgamento dessa Colenda Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 111/2025** que ***"Autoriza o Poder Executivo a contratar Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa e mediante prévia licitação, destinada à prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, vincula recursos para constituição de mecanismos de pagamento e garantia pública, e dá outras providências."***

A proposta em questão se insere no contexto de modernização da gestão pública local e na busca por soluções sustentáveis e eficientes para problemas estruturais históricos enfrentados pelo Município. A crescente complexidade da prestação desses serviços, os elevados custos operacionais, a fragmentação contratual, os passivos ambientais acumulados e as restrições fiscais do poder público impõem a necessidade de adoção de um modelo contratual mais robusto, com **planejamento de longo prazo, metas de desempenho, transferência de riscos operacionais e previsibilidade financeira**.

A **Parceria Público-Privada**, prevista na **Lei Federal nº 11.079/2004**, oferece ao Município um mecanismo legítimo, transparente e juridicamente seguro para viabilizar investimentos privados em infraestrutura urbana essencial, ao mesmo tempo em que preserva o controle, a regulação e a titularidade dos serviços públicos pelo ente municipal.

Importante destacar que o objeto do presente documento **não é a celebração imediata de um contrato**, mas sim a **obtenção de autorização legislativa específica**, nos termos da legislação federal, para que o Poder Executivo promova os estudos de viabilidade técnica, econômica e jurídica da futura concessão, realize consulta pública, submeta o projeto aos órgãos de controle competentes e, caso comprovada a vantajosidade do modelo, publique edital de licitação nos moldes exigidos por lei.

Trata-se, portanto, de um passo essencial para a construção de uma política pública estruturante, voltada à universalização dos serviços de limpeza urbana, à eliminação de passivos ambientais e à melhoria da qualidade de vida da população. A aprovação da lei autorizativa pela Câmara Municipal será o ponto de partida para um processo transparente, participativo e tecnicamente fundamentado, que poderá transformar de forma definitiva a gestão de resíduos sólidos em Ribas do Rio Pardo.

Reitero a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus votos de profundo respeito de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

**ROBERSON LUIZ MOUREIRA**
**PREFEITO MUNICIPAL**

À Excelentíssima Senhora
**Tania Maria Ferreira de Souza**
Digníssima Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS

RIBAS DO RIO PARDO/MS, 29 de Outubro de 2025

_____

Roberson Luiz Moureira
Prefeito(a)

# Votação

Data da sessão: 25/11/2025

Situação: Votação Aprovada